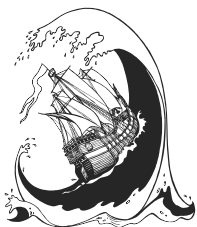


OPERAÇÃO LAVA JATO
E A DEMOCRACIA
BRASILEIRA



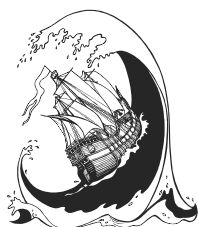
CONIRACORRENTE

FÁBIO KERCHE
JOÃO FERES JÚNIOR

OPERAÇÃO LAVA JATO
E A DEMOCRACIA
BRASILEIRA

São Paulo

2018



CONTRACORRENTE

Copyright © EDITORA CONTRACORRENTE

Rua Dr. Cândido Espinheira, 560 | 3º andar
São Paulo – SP – Brasil | CEP 05004 000
www.editoracontracorrente.com.br
contato@editoracontracorrente.com.br

Editores

Camila Almeida Janela Valim
Gustavo Marinho de Carvalho
Rafael Valim

Conselho Editorial

Alysson Leandro Mascaro
(Universidade de São Paulo – SP)
Augusto Neves Dal Pozzo
(Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP)
Daniel Wunder Hachem
(Universidade Federal do Paraná – UFPR)
Emerson Gabardo
(Universidade Federal do Paraná – UFPR)
Gilberto Bercovici
(Universidade de São Paulo – USP)
Heleno Taveira Torres
(Universidade de São Paulo – USP)
Jaime Rodríguez-Arana Muñoz
(Universidade de La Coruña – Espanha)
Pablo Ángel Gutiérrez Colantuono
(Universidade Nacional de Comahue – Argentina)
Pedro Serrano
(Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP)
Silvio Luís Ferreira da Rocha
(Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP)

Equipe editorial

Carolina Ressurreição (revisão)
Denise Dearo (design gráfico)
Mariela Santos Valim (capa)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Ficha Catalográfica elaborada pela Editora Contracorrente)

K39 KERCHE, Fábio; FERES Júnior, João; et al.
Operação Lava Jato e a democracia brasileira | Fábio Kerche; João Feres Júnior
(coordenadores) – São Paulo: Editora Contracorrente, 2018.

ISBN: 978-85-69220-50-3

Inclui bibliografia

1. Operação Lava Jato. 2. Democracia. 3. Poder Judiciário. 4. Mídia. I. Título.

CDU: 342.7

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

SUMÁRIO

SOBRE OS AUTORES	7
INTRODUÇÃO	11
FÁBIO KERCHE; JOÃO FERES JÚNIOR	
AS CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS DA LAVA JATO	
LUIZ GONZAGA BELLUZZO.....	21
OPERAÇÃO LAVA JATO, JUDICIÁRIO E DEGRADAÇÃO INSTITUCIONAL	
LEONARDO AVRITZER.....	37
JUDICIÁRIO E CRISE POLÍTICA NO BRASIL HOJE: DO MENSALÃO À LAVA JATO	
FERNANDO FONTAINHA; AMANDA EVELYN CAVALCANTI DE LIMA.....	53
O MINISTÉRIO PÚBLICO NA OPERAÇÃO LAVA JATO: COMO ELES CHEGARAM ATÉ AQUI?	
FABIO KERCHE; MARJORIE MARONA	69
OS IMPACTOS DA OPERAÇÃO LAVA JATO NA POLÍCIA FEDERAL BRASILEIRA	
RODRIGO GHIRINGHELLI DE AZEVEDO; LUCAS E SILVA BATISTA PILAU	101
O IMPACTO DA OPERAÇÃO LAVA JATO NA ATIVIDADE DO CONGRESSO NACIONAL	
MARIA DO SOCORRO SOUSA BRAGA; FLÁVIO CONTRERA; PRISCILLA LEINE CASSOTTA.....	137

A LAVA JATO E A MÍDIA

JOÃO FERES JÚNIOR; EDUARDO BARBABELA; NATASHA BACHINI..... 199

LAVA JATO: ESCÂNDALO POLÍTICO E OPINIÃO PÚBLICA

ÉRICA ANITA BAPTISTA; HELCIMARA DE SOUZA TELLES 229

SOBRE OS AUTORES

AMANDA EVELYN CAVALCANTI DE LIMA

Doutoranda e Mestre em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – IESP/ UERJ. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisas em Direito e Ciências Sociais – DECISO. Bolsista de doutorado da CAPES.

ÉRICA ANITA BAPTISTA

Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Pesquisadora do Grupo Opinião Pública da UFMG. Realiza estágio pós-doutoral no Departamento de Comunicação da UFMG. Jornalista.

EDUARDO BARBABELA

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – IESP/ UERJ. Mestre em Ciência Política pelo IESP/ UERJ. Bacharel em Ciência Política pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Pesquisador do Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública -LEMEP.

FÁBIO KERCHE

Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo – USP. Pesquisador e Professor da Fundação Casa de Rui Barbosa no Rio de

FÁBIO KERCHE | JOÃO FERES JÚNIOR

Janeiro. Foi pesquisador visitante na *New York University* – NYU e Pesquisador associado na *American University*. Autor de *Virtudes e Limites: autonomia e atribuições do Ministério Público no Brasil* (Edusp, 2009).

FERNANDO DE CASTRO FONTAINHA

Professor do programa de pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – IESP/UERJ. Doutor em Ciência Política pela *Université de Montpellier 1*. Coordenador do Núcleo de Pesquisas em Direito e Ciências Sociais – DECISO. Bolsista de produtividade do CNPq e bolsista jovem cientista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ.

FLÁVIO CONTRERA

Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos – UFScar.

HEL CIMARA DE SOUZA TELLES

Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo – USP com estágio pós-doutoral na *Universidad de Salamanca* e *Universidad Complutense de Madrid*. Professora do programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Diretora da Regional Sudeste da Associação Brasileira de Ciência Política – ABCP.

JOÃO FERES JÚNIOR

Doutor em Ciência Política pela *City University of New York, Graduate Center*. Professor de Ciência Política e Diretor do Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP/UERJ. Coordenador do Observatório do Legislativo Brasileiro – OLB, do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA) e do Laboratório de Estudos de Mídia e Espaço Público – LEMEP, no âmbito do qual está o site Manchetômetro, dedicado à análise diária da cobertura midiática da política.

LEONARDO AVRITZER

Doutor em Sociologia Política pela *New School for Social Research*. Professor titular da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Pós-

OPERAÇÃO LAVA JATO E A DEMOCRACIA BRASILEIRA

Doutor pelo MIT. Autor do livro *The Two Faces of Institutional Innovation Promises and Limits of Democratic Participation in Latin America* (Edward Elger, 2017).

LUCAS E SILVA BATISTA PILAU

Graduado em Direito pela Universidade Católica de Pelotas – UCPEL. Mestre em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica – PUC/RS.

LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO

Graduado em Direito e em Ciências Sociais na Universidade de São Paulo – USP. Pós-Graduado em Desenvolvimento Econômico no *Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social* – ILPES/CEPAL. Doutor pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Ex-Professor colaborador e Professor-titular na Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Incluído em 2001 no *Biographical Dictionary of Dissenting Economists* entre os 100 maiores economistas heterodoxos do século XX.

MARIA DO SOCORRO SOUSA BRAGA

Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo – USP. Professora da Universidade Federal de São Carlos – UFScar. Pesquisadora visitante da Universidade de Oxford e uma das organizadoras do livro *A Ciência Política no Brasil 1960-2015* (FGV, 2016).

MARJORIE MARONA

Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Professora da mesma universidade. Coordenadora do Observatório da Justiça no Brasil e na América Latina – OJb-AL. Organizadora do livro *Às margens da democracia* (Arraes, 2018).

NATASHA BACHINI

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – IESP/UERJ. Pesquisadora do Laboratório de Estudos

FÁBIO KERCHE | JOÃO FERES JÚNIOR

de Mídia e Esfera Pública – LEMEP e do Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina – NETSAL. Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, no qual participa como pesquisadora no Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política – NEAMP. Professora da Fundação Escola de Sociologia e Política – FESPSP.

PRISCILLA LEINE CASSOTTA

Doutoranda em Ciência Política na Universidade Federal de São Carlos – UFScar. Pesquisadora do Núcleo de Estudos dos Partidos Políticos Latino-americanos – NEPPLA da mesma universidade.

RODRIGO GHIRINGHELLI DE AZEVEDO

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Professor-Titular da faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS. Pesquisador do INCT-Ineac e bolsista de Produtividade do CNPq. É um dos organizadores do livro *Crime, Polícia e Justiça no Brasil* (Contexto, 2014).

INTRODUÇÃO

No dia 7 de julho de 2018, um domingo, o Brasil foi surpreendido com a notícia de que um *habeas corpus* impetrado por três deputados federais do PT pedindo a liberdade de Luiz Inácio Lula da Silva foi acatado pelo desembargador plantonista do 4º Tribunal Regional Federal. A decisão foi baseada no argumento de que Lula, como pré-candidato à Presidência, teria seus direitos políticos desrespeitados por não poder participar de entrevistas e eventos políticos antes do trânsito em julgado de sua ação por corrupção e lavagem de dinheiro no âmbito da Operação Lava Jato. O desembargador mandou a Polícia Federal soltar o ex-presidente imediatamente. A inesperada notícia foi celebrada pelos cidadãos simpáticos ao PT e pela esquerda em geral, mas bastante criticada pela direita, inclusive por seus porta-vozes na imprensa.

Com velocidade surpreendente para um Sistema de Justiça tradicionalmente lento, mas repetindo um padrão de agilidade reservado exclusivamente ao cidadão Lula, um juiz de primeira instância, algo do ex-presidente, Sérgio Moro, e outros dois desembargadores do TRF-4, aparentemente em parceria com a Polícia Federal, carcereiros do petista, criaram obstáculos para que a decisão fosse cumprida. Num processo sem precedentes, mas revelador, cheio de idas e vindas ao longo do dia, com a cobertura massiva da imprensa, um juiz de instância inferior, desfrutando de férias no exterior, afrontou abertamente a decisão de um magistrado de 2ª instância; um desembargador, que não estava em plantão, deu contraordem desrespeitando um colega, e o

presidente da Corte, atuando em pleno domingo, tomou a decisão final em atitude pouquíssimo usual. Lula não foi solto e a decisão foi celebrada como “juridicamente impecável” por um jornalista que nunca se sentou num banco de uma escola de Direito e que ficou horas ao vivo cobrindo os eventos no canal noticioso da TV a cabo de maior audiência no país.

O Brasil, desde 2014, vive momentos dramáticos com perigosa frequência. Atores do Sistema de Justiça – policiais federais, procuradores e juízes –, em parceria com a imprensa, ganham um protagonismo na política que parece maior que o dos partidos e políticos eleitos. A Operação Lava Jato, com suas prisões cinematográficas, coletivas para a imprensa, vazamento de depoimentos de réus e de grampos telefônicos, transformou, pelo menos num primeiro momento, atores distantes das urnas em heróis para parcelas da sociedade brasileira.

Este livro é um esforço de diferentes pesquisadores de diversas universidades e centros de pesquisa em entender como uma operação judicial de combate à corrupção impacta de forma tão abrangente a democracia de um país das dimensões do Brasil, atingindo instituições estatais e a sociedade de forma contundente. Poder Legislativo, Poder Judiciário, Ministério Público, Polícia Federal, além da imprensa, da opinião pública e da economia, todas instituições centrais à arquitetura da democracia brasileira, sofrem o impacto da Lava Jato, como mostram os textos aqui reunidos.

Qualquer observador levemente atento da cena política de nosso país sabe que a Lava Jato tem impacto sobre essas instituições, que ela tem uma ligação umbilical com a grande mídia, que influencia a opinião pública e a maneira como as pessoas pensam a política e valorizam a própria democracia, que ela está tendo um impacto econômico sobre a Petrobras, as grandes empreiteiras nacionais e o setor produtivo a sua volta etc. Pouca gente, entretanto, sabe os detalhes de cada uma dessas interações, os prejuízos, danos e distorções causados a instituições e valores que orientam nossa vida coletiva. Daí a ideia de escalar um time de especialistas para examinar o impacto da Lava Jato em cada uma de suas áreas de especialidade.

OPERAÇÃO LAVA JATO E A DEMOCRACIA BRASILEIRA

O pressuposto incontornável que nos move é pensar a democracia contemporânea como, pelo menos, um sistema baseado numa representação selecionada pelo voto de muitos. Em outras palavras, o aspecto eleitoral é fundamental, inclusive para assegurar que os dirigentes estatais, buscando permanecer no poder, observem os desejos e anseios dos eleitores. A partir das escolhas eleitorais, o sistema é constituído de instituições que, em última instância, só podem preservar o qualificativo “democráticas” por meio de alguma conexão com o poder delegado das urnas. Mesmo órgãos que não passam diretamente pelo processo eleitoral, como as burocracias estatais, devem responder aos políticos eleitos e aos cidadãos.

O problema é que assistimos nos últimos anos, e em especial na Operação Lava Jato, a hipertrofia de burocracias de Estado que tem uma conexão fraca com a legitimidade do voto, combinada com seu insulamento. Instituições como o Ministério Público, a Polícia Federal e, de maneira mais complexa, pelo menos do ponto de vista da teoria política, o Poder Judiciário ganham a arena pública, definindo prioridades e escolhendo seus alvos sem, contudo, prestar contas e sem serem passíveis de punição pelos cidadãos -- aquilo o que a Ciência Política chama de *accountability*. O empoderamento exorbitante dessas instituições redundando em disfunções de vários tipos e no enfraquecimento justamente dos Poderes com conexão eleitoral direta, Executivo e Legislativo. Esse enfraquecimento naturaliza o que deveria ser excepcional: *impeachment* presidencial, deposição de presidentes de Casas legislativas, prisão de políticos em pleno mandato, cassação dos direitos de políticos sem mandato, arresto e congelamento de finanças de partidos etc. O número de ações empreendidas pelas “instituições de controle” distante do voto contra os Poderes baseados no voto é impressionante.

Esse fenômeno -- o avanço das instituições do sistema de justiça sobre os Poderes baseados diretamente no voto --, que Ran Hirschl chamou de Judicialização da Megapolítica, pode ser observado em vários países do mundo, sempre com consequências preocupantes para o regime democrático. O caso brasileiro, como esse livro pretende mostrar, é dos mais dramáticos.

Combinado com a entrada de segmentos do Sistema de Justiça na arena política de forma coordenada, os políticos também contribuíram

para o momento de desarranjo que se encontra o Brasil. O PSDB, principal força eleitoral nas disputas presidenciais juntamente com o PT, mas derrotado nas últimas quatro eleições, alterou seu comportamento costumeiro na última vitória de Dilma Rousseff. Imediatamente após a eleição de 2014, o partido começou a dar sinais de que não aceitaria os resultados. Quatro dias após o segundo turno, Carlos Sampaio, deputado federal e responsável pela parte jurídica da campanha presidencial de Aécio Neves, entrou com petição no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de auditoria do sistema de votação que incluía a recontagem dos votos realizados por um comitê de especialistas selecionados pelas partes. Em 18 de dezembro, horas antes da posse de Dilma Rousseff e do vice, Michel Temer, o PSDB protocolou no TSE pedido para cassar o registro de candidatura de ambos, e que Aécio assumisse a Presidência da República. Além dessas medidas judiciais, o candidato derrotado passou a dar declarações públicas de que o governo seria inviabilizado.

Apesar da oposição não obter sucesso judicial nessas tentativas iniciais, criou-se um clima político pouco saudável. O PSDB, acreditando que a criminalização da política não atingiria as lideranças tucanas, se engajou na campanha pela remoção de Dilma, que incluiu várias ações, entre elas a aproximação com grupos da nova direita e a articulação, junto com setores do PMDB e outros partidos conservadores, de uma frente de oposição que paralisou o novo governo de Dilma. O partido chegou até a financiar o trabalho de Janaina Paschoal, advogada que formalizou o pedido de *impeachment* na Câmara. Ao não reconhecer sua derrota nas eleições, condição necessária para o processo democrático, o PSDB colocou em risco a democracia brasileira.

A oposição alcançou seu objetivo principal, mas o custo foi alto. Desde o *impeachment* de Dilma instaurou-se um debate na sociedade civil e na academia acerca da ocorrência ou não de golpe. Foi o *impeachment* um golpe ou não? Não é nosso intuito aqui desenvolver reflexão detalhada sobre essa contenda. Do ponto de vista acadêmico, ela é um pouco infrutífera dado que “golpe” é um conceito com baixo grau de teorização, que mais bem pertence à linguagem da política do que à da reflexão científica sistemática. Aqueles que se opõem ao uso do termo golpe costumam se aferrar a argumentos formais, como do tipo “nenhuma

OPERAÇÃO LAVA JATO E A DEMOCRACIA BRASILEIRA

instituição foi suprimida ou gravemente violentada no processo”. Ora, basta deixarmos os limites estritos do formalismo da análise e insuflá-la de conteúdo para começarmos a enxergar fortes evidências do abuso das instituições. E boa parte desse abuso foi impetrado por meio da Lava Jato.

O dano feito pela Operação à democracia brasileira vai muito além de sua contribuição ao *impeachment* de Dilma e à crise política presente: ela impacta diretamente a eleição presidencial de 2018. Diversos procedimentos judiciais levados a cabo no processamento e prisão de Lula, líder em todas as pesquisas de intenção de voto, são questionáveis, para dizer o mínimo. Juristas respeitáveis apontam que interdição da posse de Lula como ministro de Dilma – justificada por um vazamento de conversa telefônica entre a presidente e o ex-presidente, quando este ainda nem era réu –, sua condução coercitiva, sua condenação sem evidências materiais, o cerceamento das ações de seus advogados de defesa, o tratamento diferenciado dado a seu caso pelo Tribunal Regional Federal-4, a movimentação do STF sempre no sentido de prejudicar o ex-presidente, são exemplos muito preocupantes.

A Lava Jato repete a estratégia de sua predecessora, a Operação Mãos Limpas, na Itália, ao aliar o combate judicial da corrupção ao apoio da opinião pública. Tanto lá quanto cá, seus agentes buscaram esse apoio por meio dos grandes veículos de comunicação. Os brasileiros foram massacrados durante anos por uma cobertura jornalística extremamente enviesada, com pouco espaço para o contraditório, dominada pela mensagem de que a política é sinônimo de corrupção, em que o PT é o maior responsável pela corrupção que assola o país. Essa estratégia surtiu efeito junto à opinião pública, embora haja sinais de que ela tenha atingido um ponto de esgotamento. Mas se isso é real, o dano feito à legitimidade das instituições democráticas também o é.

Certamente, a corrupção é um (dos) problema(s) do sistema político, particularmente porque ela aumenta ilegalmente o poder e influência do dinheiro sobre a política. Mas a maneira de combatê-la faz muita diferença. Seria mais saudável para a democracia que isso fosse feito respeitando o sistema de direitos e garantias, os limites das instituições, tudo isso em um ambiente de debate plural de opiniões. Caso contrário, esse combate se

converte em instrumento de poder de alguns atores, que assim garroteiam o sistema democrático para atender interesses que eles declaram ser de todos, embora, ao mesmo tempo, pretendem evitar que esses “todos” sejam consultados.

Este livro é organizado em sete capítulos. Começamos com texto de Luiz Gonzaga Belluzzo, um dos mais importantes economistas brasileiros, que oferece um panorama detalhado e aterrador do desenvolvimento do capitalismo global, no qual localiza a economia brasileira e a Operação Lava Jato.

No capítulo intitulado “Operação Lava Jato, Judiciário e Degradação Institucional” Leonardo Avritzer mostra como a Operação Lava Jato, a partir de um impulso inicial de combate à corrupção vai se tornando um instrumento político de perseguição de políticos, particularmente do PT, e em seu desenvolvimento vai distorcendo procedimentos jurídicos a ponto de colocar em risco não somente o Sistema de Justiça mas o próprio estado de direito criado pela Constituição de 1988.

Em um segundo capítulo sobre o Poder Judiciário, Fernando Fontainha e Amanda Evelyn Cavalcanti de Lima analisam a combinação de elementos técnico-processuais de três momentos da Lava Jato que revelam a tradição inquisitorial e repressiva do direito brasileiro no combate à corrupção. Esses “incidentes político-jurídicos” são a adoção da “teoria do domínio do fato”, importada do Direito alemão pelo ex-ministro do STF, Joaquim Barbosa, para julgar o chamado Mensalão; a combinação estratégica de prisão preventiva, delação premiada e divulgação para a imprensa realizada por Sérgio Moro e, finalmente, a anulação da nomeação de Lula como ministro de Dilma Rouseff, feita monocraticamente pelo ministro Gilmar Mendes e que foi uma espécie de pá de cal sobre o governo da presidenta.

O capítulo sobre o Ministério Público, escrito por Fábio Kerche e Marjorie Marona, apresenta o longo caminho percorrido pela instituição para se transformar de um apêndice do governo em uma agência independente que se contrapõe aos políticos, especialmente de um dos lados do espectro partidário-ideológico. É curioso constatar que, embora

OPERAÇÃO LAVA JATO E A DEMOCRACIA BRASILEIRA

os governos de Lula e Dilma Rousseff não tenham criado o “monstro” que os devorou, os petistas foram responsáveis em larga medida por alimentá-lo e reforçá-lo, garantindo ainda mais autonomia e novos instrumentos de poder que permitiram que os procuradores do Ministério Público Federal conduzissem a Operação Lava Jato em parceria com a Polícia Federal e com o juiz Sérgio Moro.

A contribuição de Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo e Lucas e Silva Batista Pilau sobre a Política Federal começa por mostrar com dados empíricos a crescente autonomização da instituição em relação ao Poder Executivo a partir de 2003. Em seguida, os autores analisam o caso da Operação Omertà, um desdobramento da Lava Jato, e identificam o recrudescimento de traços burocráticos, cartorários e sigilosos em seus procedimentos, entre eles a sujeição criminal dos investigados e acusados pela Operação, em outras palavras, a prática de serem tomados como culpados de crime *ex-ante*.

O impacto da Operação Lava Jato nas atividades do Congresso Nacional é objeto de capítulo escrito por Maria do Socorro Souza Braga, Flávio Contrera e Priscilla Leine Cassotta. O texto, organizado em três seções, é tão rico em detalhes e dados que poderia ser desmembrado em diferentes capítulos. A primeira seção trata do comportamento das coalizões que sustentaram os governos recentes e das oposições, buscando avaliar se houve, e em que momento, mudanças no comportamento das bancadas como reflexo da Operação. Os autores concentram especial atenção no processo de *impeachment* – que, segundo eles, também foi influenciado pela Lava jato – e no comportamento das bancadas quando das denúncias que recaíram sobre Michel Temer.

Na segunda seção, o leitor encontrará uma análise do impacto das denúncias apresentadas pelo Ministério Público Federal sobre os parlamentares e os partidos políticos. Partindo da constatação de que as Comissões têm um papel chave no processo legislativo, e que os cargos nelas são indicadas pelos partidos, os autores analisam as mudanças na composição dessas Comissões como um possível reflexo das denúncias da Lava Jato. Em outras palavras, para além da constatação de que inúmeros parlamentares foram denunciados, Braga, Contrera e Casotta

demonstram qual o efetivo impacto dessas denúncias no dia-a-dia do Congresso Nacional.

Por fim, na terceira seção, os autores tomam as “10 Medidas contra a Corrupção” como um bom termômetro da relação entre Congresso e Sistema de Justiça em tempos de Lava Jato. A proposta que chegou ao Congresso Nacional, patrocinada por um grupo do Ministério Público Federal e apoiada por parcelas do Poder Judiciário, inclusive Sérgio Moro, defendia uma ampliação dos poderes dos procuradores e juízes para o combate à corrupção. Os pesquisadores da Universidade Federal de São Carlos respondem a seguinte questão: há algum recorte partidário e ideológico no comportamento dos parlamentares no tocante a esse tema ou os eles reagiram como uma instituição sob ataque respondendo ao seu algoz?

Os dois capítulos finais do livro tratam de questões que afetam o aspecto deliberativo da democracia brasileira. No texto intitulado “A Lava Jato e a mídia”, João Feres Júnior, Eduardo Barbabela e Natasha Bachini apresentam a tese de que a relação entre a Operação Lava Jato e a grande mídia brasileira é de sinergia entre parceiros desiguais. As grandes empresas jornalísticas demonstram predileção histórica pela escandalização da política e por seu viés contrário à esquerda, e consequente adesão a forças políticas conservadoras. Segundo os autores, com a Lava Jato esse padrão se alterou e a mídia passou a atacar os poderes políticos como um todo e a promover os agentes do Sistema de Justiça. Para dar lastro empírico ao argumento, os autores analisam uma vasta base de textos jornalísticos publicados pelos jornais *O Globo*, *Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* para demonstrar o impacto da Lava Jato sobre a cobertura negativa de Dilma, Lula e do PT.

O último capítulo, de Érica Anita Baptista e Helcimara de Souza Telles, tem por objetivo avaliar o impacto da cobertura que a mídia faz da Operação Lava Jato na percepção da opinião pública sobre a corrupção e a política. Em um primeiro momento, as autoras analisam a cobertura da Operação Lava Jato nas revistas *Carta Capital*, *Época*, *Isto É* e *Veja*. Em seguida, examinam a percepção da opinião pública sobre a corrupção e sobre a política, a avaliação de Dilma Rouseff, de Lula e do juiz Sérgio

OPERAÇÃO LAVA JATO E A DEMOCRACIA BRASILEIRA

Moro, utilizando dados de várias pesquisas de opinião, para revelar um forte paralelo entre uma coisa e outra.

Como podemos ver, a empreitada é ambiciosa e as contribuições bastante instigantes. A despeito da intensidade da crise que ora se abate sobre nós, acreditamos que soluções só virão por meio do melhor conhecimento dos problemas. Avancemos, portanto, por esse caminho. Boa leitura!

Fabio Kerche e João Feres Júnior